

# Santos debate concessão da iluminação pública na 5ª

Haverá apresentação e discussão de assuntos levantados em uma consulta popular

DA REDAÇÃO

Na quinta-feira, às 18 horas, a Prefeitura de Santos promove, no auditório do Centro Administrativo (Rua Dom Pedro II, 25, térreo, no Centro), a segunda audiência aberta ao público sobre a proposta de concessão do serviço municipal de iluminação pública.

Na audiência, serão apresentadas e debatidas as manifestações recebidas durante a consulta pública encerrada em 2 de setembro. A proposta de concessão tem valor de R\$ 67 milhões e duração de 24 meses.

Ela prevê a troca da iluminação pública por luzes do tipo LED, controle a distância dos pontos de luz, redução do consumo de energia em mais de 50% e a instalação de uma usina de geração de energia solar.

Atualmente, das 29.457 luminárias da Cidade, segundo a Prefeitura, 40% são do tipo LED (11.879), 37% de vapor de sódio (10.809) e 23% de vapor metálico (6.769).

Com a troca, a Administração prevê redução de 53% no consumo mensal de energia, dos atuais 2.803.896 quilowatts/hora (kWh) para 1.308.015 kWh. O custo mensal com energia elétrica deve passar de R\$ 1,2 milhão para R\$ 749,5 mil.

A planejada usina de geração fotovoltaica, que transforma a luz do sol em energia, ainda não tem um local de construção definido. "Isso (o empreendimento) será um ganho significativo, porque é uma geração de energia limpa, que não causa efeitos ao meio ambien-



Energia solar poderia manter toda a iluminação da orla, incluindo faixa de areia, jardins e avenidas

## ECONOMIA PREVISTA

53

por cento

menos energia deverão ser consumidas pelas luminárias da Cidade com a troca das lâmpadas anuais por modelo atualizado

1,2

milhão

é quanto a Prefeitura gasta hoje, por mês, com energia elétrica. Substituição de luminárias baixaria despesa para R\$ 749,5 mil

te", explica o engenheiro electricista Dionéio Alves, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe, instituição com a qual a Prefeitura fez o estudo da proposta de concessão).

A energia solar gerada poderá manter toda a iluminação da orla, incluindo faixa de areia, jardins e as avenidas à beira-mar, do José Menino à Ponta da Praia,

diz a Prefeitura.

O investimento seria de R\$ 22,8 milhões em uma usina de 5 mil metros quadrados (m²), e o Município pagaria contraprestação mensal de R\$ 2,5 milhões, valor que deverá ser coberto com a arrecadação da Contribuição para Iluminação Pública (CIP).

Também está prevista a adoção de um sistema de

telegestão dos pontos de iluminação, que significaria o controle a distância das luminárias (acionamento, desligamento e regulação) e a iluminação especial de mais de 60 locais de destaque, entre monumentos, obras, equipamentos e atrações turísticas e históricas.

"Com a telegestão, teremos o controle absoluto sobre o sistema, verificando de forma remota se as luminárias estão com defeito, para realizar a manutenção, podendo diminuir e até aumentar a iluminação num determinado ponto. Durante a queima de fogos do Ano-Novo, por exemplo, as torres da praia poderão ser acionadas e desligadas a distância, sem a necessidade de envio de equipes", destaca o secretário de Serviços Públicos, Wagner Ramos.





MATHEUS TAGÉ - 3/11/22



### **Taxistas**

Santos tem 1.162 permissionários do serviço de táxi. As licenças não são hereditárias. Para o vereador Sérgio Santana (PL, *foto*), o fato de a legislação federal impedir a passagem dessa autorização, em caso de morte, para cônjuges ou filhos pode levar famílias desses taxistas a dificuldades financeiras.

### **Encontro**

Santana marcou para dia 23, às 15 horas, no Auditório da Câmara, uma audiência pública em busca de uma solução conjunta entre Prefeitura, taxistas, cooperativas e o sindicato da categoria. Uma ideia é que as permissões se tornem uma "outorga onerosa", com pagamento periódico pela licença.

### **Transferência**

O vereador entende que essa outorga, sim, poderia ser transferida. "Muitos municípios do Estado e do País dão direito aos familiares de utilizar a permissão, mas na forma de um novo decreto, e é o que a gente vai tentar fazer", diz.